



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

**PROJETO DE LEI Nº 412, DE 2022**

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

**EMENDA ADITIVA - CMA**

***Acréscime-se o seguinte parágrafo único ao Art. 2º do parecer da senadora Leila Barros ao PL 412/2022.***

**“Art.2º** .....

**Parágrafo único.** Para os fins de aplicação desta Lei, não se consideram instalações reguladas e não integram o mercado regulado, as atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes e instalações despacháveis pelo Operador Nacional do Sistema – ONS -, os quais poderão desenvolver ações no âmbito do mercado voluntário.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada tem como objetivo explicitar a não inclusão dos setores, fontes e instalações responsáveis pela geração de energia a partir de fontes despacháveis no mercado regulado.

Considerando a composição da matriz elétrica brasileira, a geração de energia a partir de fontes despacháveis atua em complemento a geração renovável, que hoje responde por 83,55% da capacidade instalada no país. Neste sentido, a eventual inclusão de fontes despacháveis no ambiente regulado terá efeito negativo sobre o consumidor brasileiro, especialmente em momentos de escassez hídrica ou acentuada variação na disponibilidade de entrega de fontes intermitentes, como eólica e solar.

A crise hídrica de 2021 foi acompanhada pela elevação das tarifas de energia em todo o país, sendo a disponibilidade de fontes despacháveis fator determinante para evitar um apagão de escala nacional.

Os instrumentos contratuais utilizados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) preveem a repactuação dos valores repassados aos geradores de fontes despacháveis em caso de alteração das condições encontradas no momento de assinatura de seus contratos, o que resultaria no repasse de custos ao consumidor brasileiro. A inclusão de fontes despacháveis no mercado regulado seria o equivalente a taxar o seguro que garante a continuidade de suprimento no país.

Mesmo para novas contratações, que serão cruciais para garantir a segurança do Sistema Interligado Nacional em um momento de crescente exposição ao risco de intermitência e fatores climáticos trazido pelo crescimento das fontes renováveis, a precificação também incluirá o repasse dos custos ao consumidor final.

Sendo assim, a manutenção das atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes despacháveis não é cabível para um país que já se encontra na vanguarda da transição energética e cuja população já se encontra sobrecarregada com pagamento de encargos.

O recente apagão mostrou a importância de usinas despacháveis no sistema interligado, pois a retomada no Sul foi mais rápida em função do grande parque de máquinas síncronas, onde se incluem as térmicas. Deve ser considerado



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze**

que as fontes despacháveis não estão no controle do gerador, pois as usinas estão à disposição do Operador Nacional do Sistema que opera seu despacho.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2023

**Senador LUIS CARLOS HEINZE**  
Progressistas/RS

CSC